



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA

PAULINA RHAYSSA GUEDES DAS NEVES

**PNAIC: PERSPECTIVAS DOS EDUCADORES DAS SÉRIES INICIAIS DE UMA
ESCOLA MUNICIPAL EM CASTANHAL**

CASTANHAL – PARÁ
2018

PAULINA RHAYSSA GUEDES DAS NEVES

**PNAIC: PERSPECTIVAS DOS EDUCADORES DAS SÉRIES INICIAIS DE UMA
ESCOLA MUNICIPAL EM CASTANHAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado à Faculdade de Pedagogia da
Universidade Federal do Pará, Campus de
Castanhal, como requisito parcial para obtenção de
título de Licenciado Pleno em Pedagogia.
Orientador(a): Dr. Carlos Renilton Freitas Cruz.

CASTANHAL – PARÁ
2018

PAULINA RHAYSSA GUEDES DAS NEVES

PNAIC: PERSPECTIVAS DOS EDUCADORES DAS SÉRIES INICIAIS DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM CASTANHAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Pedagogia do Campus de Castanhal da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado Pleno em Pedagogia, sob a orientação do professor Dr. Carlos Renilton Freitas Cruz.

Banca examinadora:

Prof^o Dr. Carlos Renilton Freitas Cruz - UFPA

Prof^a Dr^a Eula Regina Lima Nascimento - UFPA

Prof^o Msc. Joel Dias da Fonseca - UFPA

Conceito: _____

Castanhal: ____ de _____ de 201 ____

DEDICATÓRIA

A Deus “Porque dele, e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém.

Romanos 11; 36.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus em primeiro lugar, por me possibilitar sonhar e torna meus sonhos realidades, por cada lágrima derramada e cada sorriso.

Agradeço ao meu orientador Renilton Cruz, que viu em mim capacidade para realizar este estudo, me auxiliando em cada etapa e me mostrando o melhor caminho a ser tomado.

A faculdade de Pedagogia por me proporcionar conhecimentos grandiosos, por ter me dado à chance de conhecer professores capacitados e que demonstravam o desejo por repassar seus conhecimentos.

A minha mãe Deusanira Guedes por me força a fazer a prova do vestibular, quando nem eu mesmo acreditava que iria ser aprovada, mas para minha surpresa e confirmação da fé de minha mãe, tenho a possibilidade hoje de estar concluindo mais esta etapa.

A minha família pelo apoio incondicional que me proporcionaram, pelo auxílio em cada ano que se passou para a conclusão deste sonho.

As minhas companheiras de vida acadêmica Eleodora, Thetty, Naéli, Ana Janaina, Hsila, Vanessa e Suanara, por todo apoio.

A Evane Ribeiro que cuidou de mim no momento em que mais precisei me auxiliou em trabalhos acadêmicos e sempre acreditou em meu potencial.

A meu pai Ivaldo José pelo apoio e dedicação em todos os momentos.

A minha irmã Raíla Guedes e minha prima Catarine Vitória que me ajudaram no Possível, principalmente minha prima que se esforçou e cuidou da minha filha como se fosse sua.

A Taires Albuquerque que me ajudou durante um ano inteiro com os cuidados da minha filha, enquanto eu me desdobrava entre a universidade e estágios ao qual tive que fazer.

Ao meu futuro esposo Saymond Galvão que me apoio desde o momento em que tivemos nossa filha e não me abandonou, pelo contrário me ajudou em tudo para fazer a minha vida e a dela a mais perfeita possível.

A minha companheira de TCC, enquanto todos os outros alunos escreveram seus trabalhos individualmente, eu tive ajuda da minha filha que durante as madrugadas permaneceu ao meu lado sempre dizendo “escreve mamãe”.

*“A educação não transforma o mundo.
Educação muda pessoas. Pessoas
transformam o mundo”.*

(Paulo Freire)

RESUMO

A presente pesquisa busca perceber as contribuições que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) traz para a formação dos professores, analisando através do depoimento a perspectiva de alguns educadores das séries iniciais de uma escola da rede municipal de educação. A pesquisa é de natureza qualitativa, a abordagem da pesquisa se deu pelo estudo de caso, optou-se pela entrevista e observação com coleta de dados realizada com 04 docentes que ministram aula nas séries iniciais do ensino fundamental da educação básica da Escola Graziela Gabriel. Após a análise dos dados constatou-se que a formação ofertada pelo Pacto colabora com o ensino aprendizagem dos professores auxiliando na alfabetização dos alunos. Nesta pesquisa as análises dos dados sobre a formação continuada para professores alfabetizadores ofertada pelo PNAIC, se deu por meio da discussão feita com embasamento no referencial teórico composta pelos autores, Cagliari (1998), Mortatti (2006), Soares (2004), García (1999), Ferraço (2005), Libâneo (2001), entre outros.

Palavras - chave: Alfabetização; Formação de Professores; Políticas Públicas Educacionais.

ABSTRACT

The present research investigates the contributions of the Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) [National Pact for Literacy in the Right Age] in the teachers training, analyzing the perspective of some educators from the initial series at a Municipal school through testimonies. This is a qualitative research, the approach was based on a case study, the interview and data observation were chosen along with data gathering from four initial series teachers of basic education at the Graziela Gabriel School. Following the data analysis, it was found that the training provided by the Pact collaborates with the teaching and learning of the teachers, assisting in the students literacy. In this research, the data analysis about continued education for literacy teachers offered by the PNAIC was made through a discussion based on the theoretical framework composed by the authors, Cagliari (1998), Mortatti (2006), Soares (2004), García 1999), Ferraço (2005), Libâneo (2001), among others.

Keywords: Literacy; Teacher training; Public Educational Policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Avaliação Nacional de Alfabetização

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

PNAIC – Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa

PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é um documento

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 PROCESSOS METODOLÓGICOS	12
2.1 ABORDAGEM DE PESQUISA: QUALITATIVA.....	12
2.2 MÉTODO E TÉCNICA DE PESQUISA.....	12
2.3 INSTRUMENTOS E FONTES PARA COLETA DE DADOS.....	13
2.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	14
3 ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: Um Olhar Sobre Políticas e Processos	15
3.1 CONTEXTUALIZANDO A ALFABETIZAÇÃO.....	15
3.2 BREVE HISTÓRICO SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	17
3.3 ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS.....	20
3.4 CRIAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PNAIC.....	22
3.4.1 Eixos de Atuação	23
3.4.1.1 Materiais Didáticos e Pedagógicos.....	23
3.4.1.2 Avaliação.....	24
3.4.1.3 Controle Social e Mobilização.....	24
3.4.1.4 A Formação Continuada.....	24
3.4.1.5 Desenvolvimento do Pacto de 2013 a 2017.....	25
4 O PNAIC NA PERSPECTIVAS DOS DOCENTES	27
4.1 PERFIL PROFISSIONAL.....	27
4.2 COMPREENSÃO DO PNAIC E SEUS OBJETIVOS CENTRAIS.....	28
4.3 MUDANÇAS GERADAS ATRAVÉS DA FORMAÇÃO OFERTADA.....	29
4.4 OBJETIVOS PROPOSTOS.....	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
APÊNDICES	42

1 INTRODUÇÃO

Não é de hoje que nossas crianças têm dificuldades em ler e escrever. Mortatti (2006) explica que esse assunto da alfabetização é muito discutido desde o final do século XIX, em torno dos métodos de alfabetização, onde acabam ocorrendo disputas sobre a questão da dificuldade encontrada na aprendizagem da leitura e escrita.

Crescerão as discussões sobre alfabetização atualmente na sociedade brasileira, principalmente por que 9% da população ainda são de pessoas não alfabetizadas, segundo o censo feito em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a importância desse assunto reflete nas condições sociais do País.

Neste sentido, Kleiman (1993) vem abordar que atualmente ser analfabeto significa estar à margem da sociedade, pois não saber ler nem escrever afeta não apenas o lado das condições materiais do analfabeto, mais também trás prejuízo para a expectativa de participação na mudança da sociedade.

Observando este fato, chegou-se à conclusão que o Brasil tem buscado meios para mudar esta realidade, colocando em prática projetos que auxiliam no desenvolvimento educacional proporcionando assim uma melhora no ensino-aprendizagem. Em julho de 2012, o Ministério da Educação (MEC) instituiu uma política educacional o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Segundo a Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012 do MEC, o PNAIC tem como objetivo central, alfabetizar as crianças até, os oito anos de idade (BRASIL, 2013).

O PNAIC tem por finalidade fazer com que as crianças até os oito anos de idade possam ler, compreender e escrever textos com clareza e facilidade, aborda também que o professor deve ter total clareza e domínio do que ensina, pois tem a função de auxiliar na formação da criança. Deste modo traz ações que se apoiam em quatro eixos de atuação que devem ser trabalhadas, que é a formação continuada presencial para os professores, avaliações, materiais didáticos e gestão, mobilização e controle social.

Mediante o contexto apresentado o interesse por esta temática surgiu mediante a um estágio feito em uma escola pública estadual, onde em meio a uma conversa com a docente do 2º ano do ensino fundamental, foi abordado o assunto da dificuldade que um dos seus alunos tinha em ler e escrever, desta forma ela compartilhou que fazia parte da formação continuada oferecida pelo governo federal através do PNAIC, e explicou que através desta formação, estava obtendo novas maneiras de alfabetizar seus alunos, com jogos, músicas e rodas de leitura dinâmicas.

Esse desejo se tornou mais intenso a cada disciplina cursada através do curso de pedagogia, a universidade me possibilitou conhecer mais sobre a alfabetização através das teorias fornecidas em algumas disciplinas, assim como artigos produzidos sobre políticas públicas e a função do Estado. Além disso, está me provendo conhecimentos por meio das teorias estudadas para produção deste trabalho que irão me acompanhar durante toda a minha carreira profissional como professora.

A relevância deste trabalho esta em perceber as contribuições que a formação continuada para professores alfabetizadores ofertada pelo PNAIC traz para o ensino da leitura e escrita das crianças nas escolas municipais de Castanhal-Pa, tratando a respeito da alfabetização dessas crianças nos primeiros anos do ensino fundamental, colaborando com futuras pesquisas sobre formação continuada na área de alfabetização.

Desta forma busca-se avaliar de maneira significativa: Quais as contribuições que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) traz para a formação de professores das series iniciais de uma escola da rede municipal vinculado ao Pacto?

Mediante essa perspectiva foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- **Geral:**

Perceber as contribuições que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) traz para a formação dos professores, analisando através do depoimento a perspectiva de alguns educadores das series iniciais de uma escola da rede municipal de educação.

- **Específicos:**

Compreender o PNAIC, e quais seus objetivos centrais;

Quais as mudanças geradas através da formação que é ofertada pelo programa para os educadores.

E se realmente todos os objetivos propostos pelo PNAIC para colaborar com o trabalho docente foram repassados durante a formação.

Para alcançar os objetivos da pesquisa o trabalho foi organizado em três capítulos, no primeiro capítulo apresenta-se os processos metodológicos, a cidade em que ocorrera a pesquisa, os sujeitos que participarão da pesquisa e identificação da escola selecionada.

No segundo capítulo se apresentará a fundamentação teórica utilizada acerca da alfabetização, da formação continuada de professores, das políticas públicas educacionais e sobre o PNAIC.

No terceiro capítulo será feita a análise dos dados coletados através do referencial teórico produzido no segundo capítulo.

2 PROCESSOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo será abordado a descrição do processo de pesquisa, qual a abordagem de pesquisa utilizada, o método que melhor se adequou a pesquisa e a técnica selecionada, para coleta de dados qual a técnica de observação utilizada, como foram selecionados os participantes da pesquisa e o local, para o tratamento das informações qual método escolhido para analisar os dados coletados e como o texto foi organizado.

2.1 ABORDAGEM DE PESQUISA: QUALITATIVA

Mediante a metodologia preestabelecida nesta pesquisa, optou-se pela escolha da abordagem qualitativa, considerando que através dela haveria o enriquecimento tanto no processo de produção, quanto no resultado final deste estudo.

As abordagens de pesquisas existentes são as quantitativas e qualitativas, para Fernandes (1991), os estudos quantitativos que influenciam na forma como ensinamos e aprendemos, são predominantes da investigação em educação. Os pesquisadores recorrem à linguagem matemática, fazendo relações entre variáveis para descrever as causas de um fenômeno (FONSECA, 2002).

Já a abordagem de pesquisa qualitativa, que foi escolhida, onde o objeto de estudo são as pessoas, ou envolvem pessoas, este tipo de pesquisa trabalha com um universo mais profundo das relações, com um universo de significados, valores e crenças (MINAYO, 2000).

Neste sentido, Silveira e Córdova (2009, p. 32) colocam que:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

2.2 MÉTODO E TÉCNICA DE PESQUISA

O método selecionado foi o estudo de caso, em que consiste à busca árdua e profunda de um ou alguns objetos, permitindo uma compreensão detalhada e ampla, mas para outros tipos de esboços, é uma tarefa praticamente impossível (GIL, 2008). De acordo com Yin (2001), o estudo de caso surge da necessidade de se compreender fenômenos sociais

complexos, procurando compreender os fenômenos da vida real na sua totalidade, permitindo preservar suas características e significados.

Definido o método de pesquisa, a técnica de pesquisa selecionada é de caráter exploratório, pois tem por intenção, explicitar o problema, envolvendo também levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes na temática pesquisada, e assumindo geralmente a forma de estudo de caso e pesquisa bibliográfica (GIL, 2008). O mesmo autor também coloca que essa pesquisa tem por finalidade o “aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos ao fato estudado” (GIL, 2008 p. 41). Ou seja, o objetivo desta pesquisa é perceber as inovações que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) traz para a formação dos professores, analisando a perspectiva através do depoimento de alguns educadores das séries iniciais de uma escola da rede municipal de educação.

Para obtenção de resposta para a argumentação do problema de pesquisa, foram entrevistadas 4 professoras que atuam no ciclo de alfabetização, que se enquadram nos requisitos da pesquisa enquanto sujeitos sociais, são pedagogas, atuam a mais de 10 anos com as séries iniciais do ensino fundamental.

2.3 INSTRUMENTOS E FONTES PARA COLETA DE DADOS

Dando seguimento, foi selecionado como instrumento para coleta dos dados, o método de entrevistas semiestruturadas, composta por um guia com questões, com roteiro pré-definido. Foi selecionada a entrevista, pois é uma técnica onde o investigador apresenta-se a população selecionada para obtenção de informações e formula perguntas, para obter dados necessários em que se chegue à resposta da questão estudada. Se dá em forma de diálogo onde um coleta os dados e o outro é a fonte da pesquisa (BEUREN, 2004).

Vantagem e desvantagem de se escolher a entrevista é que “as pessoas têm maior paciência e motivação para falar do que para escrever [...]” e “[...] exige mais tempo, atenção e disponibilidade do pesquisador: a relação é construída num longo período, uma pessoa de cada vez” (GOLDENBERG, 1997, p. 86).

A pesquisa ocorreu na escola Graziela Gabriel, uma escola urbana municipal de ensino fundamental, que possui uma grande estrutura física, quadra poli esportiva, conta com aproximadamente 90 funcionários que estão distribuídos nos três turnos em que a escola funciona, são matriculados na escola mais de 800 alunos. A escola fica situada no município

de Castanhal no estado do Pará que fica localizado acerca de 68 km da capital Belém, este município possui aproximadamente 186.895 habitantes. Possui 175 escolas, 4.066 docentes, 55.517 alunos matriculados no ensino regular e 516 na educação especial (IBGE, 2014).

Cooperaram com a pesquisa 4 professoras que trabalham na escola Graziela Gabriel, sendo duas professoras que atuam no 1º ano do ensino fundamental, uma que atua no 2º ano e outra que atua no 3º ano, foi adotado para cada uma das professoras nomes fictícios.

Posteriormente foram feitas as visitas necessárias para se obter autorização para entrevista, sendo autorizada a entrevista, foi apresentado as professoras o TCLE ao qual foi assinado por elas. No dia agendado houve as entrevista que foram registradas por meio de gravador digital e em outro momento transcritas e analisadas.

2.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Mediante os dados que já foram coletados através das entrevistas feitas, foi utilizado para analisa-los a análise de conteúdo que segundo Bardin (1977) é um conjunto de técnicas que trata não apenas uma ferramenta, mas uma gama de instrumentos, que são descritos, categorizados, deduzidos e interpretados. Favorecendo o estudo das crenças, valores, motivações, tendências, atitudes.

Em seguida arrolado ao referencial teórico, apresentou-se os dados da pesquisa destacando-se o PNAIC e a formação continuada ofertada aos professores alfabetizadores. Os dados foram organizados e apresentados da seguinte forma perfil do profissional, Compreensão do PNAIC e seus objetivos centrais; mudanças geradas através da formação ofertada; se os objetivos proposto para colaborar com o trabalho docente foram repassados durante a formação.

3 ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: Um Olhar Sobre Políticas e Processos

Neste capítulo será abordado as teorias e conceituação dos temas definidos nesta pesquisa, que irão ser utilizados mais a frente no capítulo de apresentação e análise de dados, para auxiliar na interpretação dos dados coletados.

3.1 CONTEXTUALIZANDO A ALFABETIZAÇÃO

O analfabetismo no Brasil é uma discussão crescente que vem ganhando força, pois ainda é grande o número de pessoas que não sabem ler e nem escrever no país, segundo o censo feito em 2010 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 9% da população ainda são de pessoas não alfabetizadas (IBGE, 2010). Este problema vem desde o período colonial, mas passou a ser visto como um problema político eminente, no final do império onde foi proibido que os analfabetos votassem (MORTATTI, 2004, p. 17).

Na medida em que tiveram início os censos populacionais desde o período colonial, começou a se descobrir o número de pessoas que sabiam e não sabiam ler e escrever, gerando assim dados sobre o analfabetismo no Brasil. Ainda são feitos esses censos, mas como outros critérios sobre alfabetização foram definidos, mudou o que define uma pessoa que é analfabeta/ alfabetizado (MORTATTI, 2004, p. 18).

Ao se tratar sobre essa mudança de definição sobre alfabetização, de acordo com Soares (2004), coloca que até os anos 80 o grande objetivo da alfabetização era a aprendizagem da escrita, seja aprendendo pelo método de alfabetização que parte das unidades menores como, as sílabas, ou utilizando o método de alfabetização que parte das unidades maiores como textos, mas o objetivo em si era de se aprender o sistema alfabético e ortográfico da escrita.

Por outro lado, ao se falar em alfabetização, vem em mente o aprendizado da leitura e escrita mais precisamente a leitura, só que as escolas acabam por enfatizar muito mais o processo de escrita, Cagliari (1992, p. 167), aborda que na escola se dá muita ênfase a escrita do que a leitura, pois é mais fácil avaliar a escrita através de textos onde é possível observar quais os acertos e erros que o aluno cometeu, do que avaliar a leitura deste aluno.

Mediante isso, Cagliari (1992, p. 148), fala que a leitura é o conhecimento mais importante que a escola pode repassar aos seus alunos muito mais do que a escrita, se o aluno tornou-se um bom leitor a escola cumpriu uma boa parte de sua tarefa, mesmo que este não se

saia muito bem nas demais matérias, a leitura vai além da escola, pois muito do que será aprendido no decorrer da vida deste estudante se dará por meio da leitura.

Do mesmo modo, sabe-se da grande importância que saber ler e escrever traz para a vida de uma pessoa, pois as informações são repassadas através de panfletos, letreiros entre outros. E é fundamental que a pessoa saiba escrever para se utilizar deste conhecimento quando necessário, em outras palavras, Mortatti (2004), fala que saber ler e escrever é essencial em várias situações do cotidiano é uma necessidade inquestionável, para que o indivíduo exerça sua cidadania.

A autora ainda fala que é dever do estado oferecer através da educação, acesso para que os cidadãos aprendam a ler e escrever, desta forma se inclui de maneira cultural, política e social estes cidadãos na construção da democracia. Neste sentido, ainda se discute a dificuldade que o estado tem em efetivar esse direito que o cidadão tem (MORTATTI, 2004, p. 15).

Através de avaliações feitas em larga escala para observar o nível de alfabetização no Brasil, foram criados, levando em conta os resultados de tais ações que foram insatisfatórios, novos conceitos como o analfabetismo funcional, deste modo houve um aumento das propostas de políticas públicas para alterar a realidade da alfabetização no cenário Brasileiro (BRASIL, 2015).

Quando se fala em analfabetismo funcional Ribeiro (1997), coloca que este conceito é um meio termo entre analfabeto absoluto e aquela pessoa que consegue ler e escrever e interpretar textos diversos. Isso quer dizer que analfabeto funcional são aquelas pessoas que conseguem ler e também escrever, mas que não compreendem textos mais complexos, apenas se utilizam destes mecanismos para interagir em sociedade.

O IBGE em 2012 mostrou que o número de analfabetos funcionais era de 27, 8 milhões de pessoas que com idades entre 15 anos ou mais possuíam apenas quatro anos de estudos completos, um quantitativo expressivo. Mediante isso se justifica a preocupação do MEC com o baixo desempenho dos alunos e com sua escolaridade, assim como a situação da evasão escolar e a precariedade das instituições de ensino (BRASIL, 2015).

Para que as futuras gerações não tenham a mesma realidade é que surgem os debates sobre alfabetização e o direito que os estudantes têm de aprendizagem. Neste sentido a discussão sobre o analfabetismo se volta para as crianças, que estão no sistema público de educação, que não conseguem ler e/ou escrever e fazer interpretações de diferentes gêneros textuais (BRASIL, 2015).

Não é de hoje que é percebida a dificuldade das crianças das series iniciais em aprender a ler e escrever, principalmente as que estudam nas instituições públicas de ensino, a questão da alfabetização é discutida desde muito tempo, a história do letramento vem desde o final do século XIX, onde começou a se discutir os métodos de alfabetização (MORTATTI, 2006).

Mediante isso, vem à necessidade que as crianças não sejam somente alfabetizadas, mas que sejam letradas também, que consigam interpretar e criar textos sem ter muitas dificuldades, Soares (2004) fala que alfabetização e letramento são indissociáveis. É necessário entender que na sociedade contemporânea em que se vive atualmente, alfabetizar letrando é fundamental para que a criança tenha capacidade de interpretação e produção textual (DINIZ; AURELIANO, 2017).

Para Smolka (1989), alfabetização não significa apenas a aprendizagem da escrita das palavras, também não somente a relação entre a criança com a escrita, vai além, a alfabetização traz o porquê escrever e pra quem? A criança pode escrever palavras soltas e que para ela seja uma forma de organização do que ela já sabe.

A criança é um ser que esta em constante aprendizagem e transformação, Moll (1996), coloca que se a criança convive em um ambiente estimulador, ela acaba por adquirir conhecimento de forma mais prazerosa, a autora ainda coloca que se a escrita faz parte do seu cotidiano, a criança acaba por construir um conhecimento acerca da escrita e da leitura.

Além disso, Cagliari (1998) explica que os alunos são capazes de encarar vários tipos de textos, mais que é necessário que eles consigam decifrar alguns tipos de conjuntos de letras que podem dificultar o entendimento do texto, após decifrar a escrita às crianças são capazes de ler qualquer texto desde que este esteja em condições de ser entendido pela criança.

Contudo, se faz necessário que o professor possa utilizar a melhor maneira para repassar seu conhecimento, para Cagliari (1998), o professor deve se utilizar da sua experiência levando em conta seus conhecimentos que já se consolidaram na prática da matéria que leciona, não significando que desta forma o ensino irá seguir sem rumo, na verdade quando um professor é conhecedor da matéria que leciona, ele tem uma maneira própria de ensinar.

3.2 BREVE HISTÓRICO SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ao se pensar no professor, vem à mente o papel tão importante que o mesmo exerce para a sociedade, que nada mais é do que ensinar, Freire (1997) fala que o professor tem seu

papel fundamental que é repassa seu conhecimento para seus alunos, e também aprender com eles.

Em se tratar da questão da formação continuada para professores, é necessário lembrar que o papel do professor na sociedade é indispensável, pois dele vem à organização de um determinado conhecimento e da melhor maneira que considera repassa este conhecimento, com a constante transformação da sociedade contemporânea é necessária uma demanda maior de professores em diversas áreas para que possa continuar a ser construído o conhecimento no mundo (BRASIL, 2012).

Através destas questões foram pensadas formas de preparar estes sujeitos para atuarem melhor em cada área de conhecimento desta maneira é que surgem as políticas de formação para docentes, no início era apenas a formação inicial, como o magistério ou a licenciatura em pedagogia, onde se pensava ser suficiente para atuarem na atividade (BRASIL, 2012).

Essa maneira de pensar foi se modificando através dos anos, no início do século XX passou-se a falar em formação ao longo da vida para poder acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade, à formação continuada como é conhecida é um processo de construção constante de conhecimento (BRASIL, 2012).

Atualmente no Brasil tem sido muito discutido a questão da formação de professores, principalmente pelo crescimento do ensino em todo o país, através disto é adotada políticas públicas para reverter os índices de desempenho dos alunos, e uma das propostas é a formação continuada dos professores (GATTI, 2003; NUNES, 2001; MONTEIRO, 2001).

Por outro lado, Freire (1997), discuti a questão do ensinar, do aprender, da busca do conhecimento, afirmando que o professor não apenas ensina mais também aprende quando esta ensinando, assim como quando observa o aluno na sua curiosidade de aprender. O autor também coloca que não se deve ensinar o que não se sabe, mas deve haver competência para ensinar o que sabe.

A docência é uma profissão, e como tal é necessário que seus profissionais estejam aptos e tenham domínio das técnicas necessárias para atuarem com competência (GARCÍA, 1999). Isso significa que os professores necessitam que sejam oferecidas formações para que estejam em constante aprendizagem para atuarem com qualidade em sala de aula. Desta forma, a LDB traz no Título VI, dos profissionais da educação:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco

primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017).

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

Todo profissional necessita se atualizar devido as constantes mudanças sociais, culturais e tecnológicas, inclusive os professores. Mediante isto, observando que a aprendizagem é um processo inacabado e contínuo, é necessário para carreira profissional do professor a formação continuada (ARAUJO; REIS, 2014).

Acrescenta-se, partindo do pressuposto que se vive em constante transformação e a formação do professor se dá em diferentes aspectos, a formação continuada de professores deve refletir, discutir e repensar a prática docente aprimorando-as ou sustentando as já existentes (ARAUJO; REIS, 2014).

Também se faz necessário que se introduza nessas formações a análise dos trabalhos reais que são colocados em prática no dia a dia da escola, pois não são apenas os trabalhos descritos que foram realizados, existem as tentativas o que deu certo e o que não deu. Observa-se que essa realidade não é levada para as formações, priorizando-se assim o que foi descrito (FERRAÇO, 2005).

Neste sentido, não apenas se trabalhar na formação de professores modelos de aprendizagens pré-moldados, mas levar em conta as especificidades de cada local, que é trabalhado, a situação vivida, deste modo contemplam processos de formação que levam a análise do trabalho real (FERRAÇO, 2005).

Como caracteriza García (1999), aprender a ensinar não deve ser um método análogo para os professores, se faz necessário conhecer a especificidade de cada um. Dessa forma a formação de professores deve proporcionar aos docentes reflexões sobre sua prática, entendendo-os como sujeitos que valorizam o conhecimento do outro e que também são capazes de produzir conhecimento.

De acordo com García (1999), o docente possui um conhecimento que traz desde sua formação inicial, mas que vai se aprimorando no dia a dia em sala de aula com o contato direto com as crianças, nas reuniões pedagógicas com os outros docentes e nas leituras e reflexões que faz durante os cursos que participa. A propósito a escola é um ambiente onde o profissional pode decidir sobre seu trabalho e aprender mais sobre sua profissão, um espaço educativo, um ambiente de formação (LIBÂNEO, 2001).

A formação para os profissionais que atuam no ambiente escolar é necessária para que haja a melhoria da educação básica e valorização da escola pública. Os impactos causados com os dados divulgados pelo INEP sobre o desempenho dos alunos na educação básica aumentam à necessidade de se ter as formações continuadas para os profissionais (BRASIL, 2015).

Devido às reflexões feitas sobre o baixo rendimento dos alunos e sobre a identidade profissional do professor, se busca atender a necessidade de se melhorar o aprendizado dos alunos através das políticas públicas educacionais (BRASIL, 2015). Mediante isto se faz necessário entender o que seriam essas políticas públicas educacionais.

3.3 ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

A política educacional esta interligada ao poder público que nada mais é que o estado, ao qual é responsável por tomar decisões que ajudem na manutenção da educação, através dos repasses de verbas do governo (SAVIANI, 2008). Para melhor compreender a relação entre estado e as políticas educacionais é necessário defini-lo.

Quando há um determinado grau de desenvolvimento econômico, que esta ligado a divisão de classes dentro da sociedade surge a necessidade do Estado (GRUPPI, 1980). Para Gruppi:

Portanto o estado é um poder político que se exerce sobre um território e um conjunto demográfico (isto é uma população, ou um povo); e o estado é a maior organização política que a humanidade conhece. Talvez seja útil analisarmos essa definição.

Ela nos diz que no estado estão presentes três elementos: poder político, povo e território. É necessária a presença desses três elementos para que se possa falar de estado.” (GRUPPI, 1980, p.7).

De acordo com Höfling (2011) estado é um conjunto de instituições, como legislativo, judiciário e executivo, é função dele cuidar do papel social e econômico da população, as políticas públicas fazem parte da função do estado, desta forma se tem a manutenção e a implementação destas políticas.

As políticas públicas são o estado em ação, é de responsabilidade do estado as políticas públicas, mais cabe aos órgãos públicos e aos agentes da sociedade a implementação e manutenção dessas políticas (HÖFLING, 2011). Conceitua Rodrigues (2010) que:

Políticas públicas são ações de Governo, portanto, são revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (estratégias de ação) (RODRIGUES, 2010, p. 53).

A propósito as políticas públicas precisam de pessoas para analisarem e executarem ações, carrega em si também propostas, compor estas políticas é uma atividade difícil, pois se não levar em consideração a especificidade de cada região ou estado pode não se consumir (BORGES; ARAUJO; PEREIRA, 2013).

Outro ponto, como descrito por Cardoso (2010) é quanto às políticas universais que para ele são indispensáveis, dentro delas esta educação e saúde. Estas políticas universais compõem as políticas sociais, que nada mais é do que ações que o estado implementa para diminuir as desigualdades sociais através da redistribuição dos benefícios sociais (HÖFLING, 2011).

Mas antes de entrar na contextualização das políticas públicas educacionais, se faz necessário conceitua-la, mediante isto conforme Oliveira (2010) se tudo que um governo faz ou deixa de fazer é políticas públicas, no caso das políticas educacionais é tudo que um governo faz ou deixa de fazer em educação, mas o autor fala que educação é um conceito vasto para abordar as políticas educacionais, na verdade as políticas públicas educacionais são mais específicas, estão voltadas á educação escolar.

Ao se falar em políticas públicas voltadas para a educação, estado e a sociedade articulam projetos, buscando uma educação de melhor qualidade e mais inclusiva, resgatando a construção da cidadania (GIRON, 2008).

“as Políticas Públicas Educacionais estão diretamente ligadas a qualidade da educação e, conseqüentemente, a construção de uma nova ordem social, em que a cidadania seja construída primeiramente nas famílias e, posteriormente, nas escolas e na sociedade” (FERREIRA; SANTOS, 2014, p. 149).

Entretanto, há um desencanto com a educação pública, pois crianças chegam a 5º série sem saber ler, os profissionais que atuam na escola têm salários baixos, as equipes estão desestimuladas, as famílias não se interessam mais pelo cotidiano dos seus filhos nas salas de aula, baixa qualidade, professores que não repassam o conhecimento direito e alunos fingindo aprendizagem, um cenário na educação pública brasileira cada dia mais desanimador (BENCINI; MORAES; MINAMI, 2006).

Conforme o que já foi citado, nas atuais políticas voltadas para a educação vários aspectos desencadearam a necessidade de melhora na aprendizagem dos alunos, dentre eles o baixo desempenho escolar e as reflexões feitas sobre a identidade profissional dos professores alfabetizadores (BRASIL, 2015).

Neste sentido, para que haja essas melhorias são necessárias transformações nas práticas pedagógicas, vê o que é essencial para alfabetização das crianças que estudam em escolas públicas. Mas para que aconteça é fundamental, a partir de um processo de formação continuada, criar propostas para os professores (BRASIL, 2015).

Diante disso, surge a necessidade de se haver formações para estes professores alfabetizadores. Em 2003 já houve debates sobre formação, o MEC procurava novos rumos para a educação brasileira, a alfabetização se tornou o eixo principal nos discursos sobre a melhoria da educação (BRASIL, 2015).

Também em 2013 foi apresentado o programa “Toda Criança Aprendendo” pelo MEC, logo após várias discussões sobre o programa e mediante sua extinção, surgiu a “Rede Nacional de Formação Continuada”. Já em 2005 houve a implementação do “Programa Pró-Letramento” seu objetivo era a melhoria da aprendizagem dos alunos em leitura, escrita e matemática. Este programa e as melhorias que foram obtidas através dele, foi uma referência para implementar o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (BRASIL, 2015).

Para produção e elaboração de documentos que garantissem e esclarecessem a necessidade a garantia de “direitos á educação” das crianças no ciclo de alfabetização, tiveram reuniões entre representantes de universidades, que eram professores atuantes na área da educação, representantes das secretarias de sistema de ensino público e representantes do ministério da educação – MEC (BRASIL, 2015).

Esses desdobramentos foram importantes para implementação do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, que será discutido no próximo capítulo.

3.4 CRIAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PNAIC

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um programa que foi implementado junto a outros programas durante o governo Lula [N.E.: Luiz Inácio Lula da Silva, 35°. Presidente da República Federativa do Brasil; período 01.01.2003 a 01.01.2011], voltados para o trabalho docente através de formações e avaliações como horizontes para atingir melhores índices nacionais.

Seu objetivo é fazer com que as crianças até oito anos de idade possam estar alfabetizadas, que elas saibam ler, interpretar e elaborar textos até o fim do 3º ano do ensino fundamental. A portaria do MEC artigo 5º traz os objetivos centrais:

I - garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental;

II - reduzir a distorção idade-série na Educação Básica;

III - melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);

IV - contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores;

V - construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental. (BRASIL, 2012).

O PNAIC se deu através de um compromisso firmado entre o governo federal, estados e municípios, no ano de 2012, que visa atender a meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE), onde determina a obrigação de que as crianças até o 3º ano do ensino fundamental estejam alfabetizadas (BRASIL, 2015).

E para que este objetivo seja alcançado, foram propostas ações que disponibilizaram através do Ministério da Educação, materiais curriculares e pedagógicos, mas tendo como prioridade o eixo de formação continuada de professores alfabetizadores. A complementação dessas ações se deu por meio de outros três eixos de atuação do pacto, que são: Materiais Didáticos e Pedagógico, Avaliações e Controle Social e Mobilização (BRASIL, 2015).

3.4.1 Eixos de Atuação

3.4.1.1 Materiais Didáticos e Pedagógicos

Este eixo desde a fundação do Pacto é formado por materiais que são entregues pelo PNLD, como livros didáticos, manuais do professor, dicionários da língua portuguesa e obras pedagógicas e outros materiais entregues pelo PNBE, que são jogos pedagógicos e obras literárias de apoio à alfabetização, além de obras de cunho pedagógico e tecnológico educacionais que auxiliem aos professores (BRASIL, 2015).

Houve uma distribuição no contexto do PNAIC em 2014, um conjunto de materiais para auxiliar o professor no processo de alfabetização, esses materiais foram entregues conforme o número de escolas e turmas de alfabetização (BRASIL, 2015).

3.4.1.2 Avaliação

Neste eixo se trata sobre as avaliações que os professores farão e que são debatidas durante o curso de formação continuada, e que se desenvolvem no decorrer do ciclo pelo professor junto aos alunos, ao fim do 3º ano para verificar o nível de alfabetização alcançado ao final do ciclo é aplicada uma avaliação universal pelo Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais (INEP). A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) foi aplicada nos anos de 2013, 2014 e 2016 pelo INEP, com questões de matemática, leitura e escrita, com o objetivo de verificar os níveis de alfabetização de todos os alunos concluintes do ciclo (BRASIL, 2015).

3.4.1.3 Controle Social e Mobilização

A proposta neste eixo foi à colaboração entre as entidades públicas para que haja dialogo e incentivos, que ajudem a garantir que as necessidades dos alunos sejam respeitadas e que as atividades formativas cheguem à sala de aula. Para poder monitorar as ações do Pacto foi criado o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), o Sispacto como é conhecido e para conectar-se é necessário ter acesso à internet para utiliza-lo (BRASIL, 2015).

3.4.1.4 A Formação Continuada

O quarto eixo tem como objetivo a profissionalização docente, integrando-se ao dia a dia da escola, tendo valorização nos diferentes saberes e da experiência de cada docente, estas formações são desenvolvidas ao longo da carreira docente, para uma melhor qualidade de ensino e aprimoramento da ação docente (BRASIL, 2015).

Foram definidos para a formação de professores alfabetizadores conteúdos que ajudam na discussão sobre a aprendizagem das crianças no período do ciclo de alfabetização, além do acompanhamento das avaliações, o planejamento didático e avaliação do mesmo, e como o

conhecimento e utilização dos materiais que são ofertados para o aperfeiçoamento do ensino no ciclo (BRASIL, 2015).

3.4.1.5 Desenvolvimento do Pacto de 2013 a 2017

Iniciaram-se as ações do PNAIC no ano de 2013, dando início a oferta da formação de professores alfabetizadores em todas as unidades federativas, tendo ampliação nas discussões sobre a temática do letramento. Em 2013 a formação continuada ofertada pelo PNAIC a professores alfabetizadores teve uma carga horária equivalente há 120 horas, enfatizando as atividades de estudo, planejamento e socialização da prática (BRASIL, 2015).

No ano de 2014, foram discutidos e ampliados os temas abordados em 2013, trazendo também a matemática como uma das discussões tratadas, o curso teve duração de 160 horas. O curso foi ministrado por orientadores que também participaram de uma formação de 200 horas e que foram selecionados pelo ministério da educação. Esta formação ao qual os orientadores participaram foi ministrada por formadores que foram preparados pelas universidades que fazem parte do programa (BRASIL, 2015).

Já em 2015, o foco foi o currículo inclusivo, trazendo a reflexão do professor acerca do direito de todas as crianças aprenderem, fortalecendo o social e individual, integrando o currículo e dando ênfase a alfabetização e letramento (BRASIL, 2015).

Outro ponto discutido são os resultados obtidos em 2013 e 2014 por meio da ANA, o baixo rendimento observado que os alunos obtiveram em português e matemática, o ministério da educação promoveu algumas mudanças no PNAIC em 2016 (BRASIL, 2015).

Mediante isso em 2016, foi formado um comitê gestor, onde fazia parte dele coordenadores regionais e um representante UNDIME, onde tinha como objetivo acompanhar e monitorar o funcionamento das ações em seus estados (BRASIL, 2015).

De 2013 a 2016 as instituições formaram um grupo de formadores que eram responsáveis pela formação direta dos professores alfabetizadores em seus municípios. Neste mesmo ano também teve como alvo desta formação os coordenadores pedagógicos, todo este processo de formação teve como objetivo auxiliar os professores nas suas limitações em sala de aula, objetivando a melhoria de seu ensino no ciclo da alfabetização, e refletindo sobre sua prática docente (BRASIL, 2015).

Em 2017 observando as experiências absorvidas, houve algumas inovações, o PNAIC passou a ser uma política educacional sistemática, que trabalha a melhoria da aprendizagem em português e matemática trabalhando a alfabetização na idade certa, incluindo a educação

infantil e o Programa mais Educação. Deixando de ser um programa centralizado para ser descentralizado, para poder atender as necessidades de cada local, assim como valorização de experiências que deram certo e que servem de inspiração (BRASIL, 2015).

A inovação maior gerada em 2017 foi sobre os formadores, pois se priorizou formadores locais que direcionem formações que se comprometam com os processos de monitoramento e avaliação e a intervenção pedagógica. O propósito é promover que as equipes de formadores estejam vinculados e mais próximos dos locais de ensino, para poderem acompanhar e avaliar as ações sendo colocadas em prática e avaliem o aprendizado dos alunos e definam as metas e resultados da alfabetização a serem alcançados em seus respectivos estados e municípios (BRASIL, 2015).

4 O PNAIC NA PERSPECTIVAS DOS DOCENTES

Com base no referencial teórico utilizado, como já descrito na metodologia, neste capítulo ira se trabalhar as análises produzidas por meio dos dados coletados através das entrevistas, os dados coletados foram divididos em quatro eixos para haver uma delimitação, desta forma se obter um trabalho de boa qualidade.

Mediante o que já foi visto no decorrer do trabalho, se fez necessário analisar e entender através da entrevista o depoimento que cada entrevistado deu, referentes aos questionamentos feitos acerca do PNAIC e se de fato contribuiu para a formação como professor alfabetizador. Foram entrevistadas quatro professoras da rede municipal de ensino da escola Graziela Gabriel, que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental do 1º ao 3º ano que faz parte do ciclo de alfabetização.

4.1 PERFIL PROFISSIONAL

Para melhor compreensão do perfil das educadoras entrevistadas foi elaborado o seguinte quadro:

Quadro 1 - Perfil dos educadores entrevistados.

Nome	P1	P2	P3	P4
Formação inicial	Pedagogia e especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional	Licenciatura em educação no campo, Pedagogia e Especialização em Psicopedagogia	Licenciatura em Computação e cursando Pedagogia	Pedagogia
Tempo de atuação nas séries iniciais	15 anos	11 anos	18 anos	23 anos
Série em que atua	1º ano	3º ano	2º ano	1º ano

É possível observa através do quadro que todas as professoras possuem curso superior e que três tem o curso de Pedagogia, apenas uma educadora não possui, atuam há bastante tempo nas séries iniciais do ensino fundamental vale ressaltar que nem sempre atuam no ciclo de alfabetização, pois são lotadas em outras séries do ensino fundamental no decorrer dos anos.

De acordo, com Brasil (2012) inicialmente quando surgiram as políticas de formação para professores, se considerava ser suficiente o magistério e a licenciatura em pedagogia para atuar na educação básica. Hoje se sabe que não são suficientes apenas as formações iniciais é necessário às formações continuadas.

É dever do estado oferecer as formações continuadas, dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, se encontra no Art. 62. § 1º que: “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.” (LDBE, 1996).

Todas as professoras entrevistadas possuem formação inicial e participam de formação continuada pelo programa investigado neste estudo que é o PNAIC que tem como compromisso alfabetizar as crianças até oito anos de idade, este programa traz a formação continuada para os professores alfabetizadores com auxílio de matérias curriculares e pedagógicas.

4.2 COMPREENSÃO DO PNAIC E SEUS OBJETIVOS CENTRAIS

Para se compreender algo é necessário conhece-lo dentro dessa perspectiva foi questionado as professores como obtiveram conhecimento sobre o PNAIC e qual a primeira impressão. As entrevistadas responderam que tiveram conhecimento através da prefeitura de castanhal por meio de um cadastramento que foi feito nas escolas municipais.

É possível percebe que para Ana a metodologia utilizada pelo PNAIC já era usada em sala de aula que apenas houve pequenas mudanças, o que diverge da opinião das outras três entrevistadas, para Maria e Marta foi algo tão novo que trouxe um pouco de receio em termos de adaptação, pois para elas era algo totalmente diferente do que já se trabalhava em sala de aula. Apenas Joana já havia trabalhado, mais coloca a importância de se ter um trabalho conjunto onde todos os professores trabalhem os mesmo métodos de ensino.

Além disso, é colocado na fala da Joana à questão da dificuldade dos orientadores repassarem as informações, a falta de domínio sobre o assunto, na verdade para todos de inicio foi difícil, por ser um método de trabalho novo, pela necessidade de ainda obter mais conhecimento sobre o pacto, o que no decorrer dos anos foi se modificando, o que pode ser observado na própria fala das entrevistadas.

Bom à impressão assim é o que a gente já desenvolve em sala de aula [...] então não foi tanto impacto que eu tive com relação (Ana).

Eu fiquei assustada porque por ser um método novo totalmente desconhecido (Marta).

Primeiro tive uma grande expectativa [...] se tivesse um caminho pra gente seguir todo mundo seguindo da mesma forma, ficaria até mais prático pro próprio aluno não é [...] mas na primeira formação já não gostei muito porque eu olhei que as orientadoras, elas não dominavam o conteúdo, então eu já sabia um pouco né dessa metodologia que eu já tinha trabalhado em outra escola particular (Joana).

Conforme Brasil (2015) coloca que os conteúdos que foram definidos para a formação dos professores alfabetizadores são para auxiliar no planejamento didático, na aprendizagem das crianças dentro do ciclo de alfabetização, no acompanhamento das avaliações, com a utilização dos materiais ofertados pelo MEC para aprimorar o ensino no ciclo.

Certamente da para entender o susto que é relato por Maria e Marta, assim como a expectativa que Joana gerou, por conta dessas novas formas de trabalho que o PNAIC utiliza, pois o objetivo é auxiliar o professor nessa fase onde o aluno está aprendendo a ler e escrever, Mortatti (2006) explica que a dificuldade das crianças aprenderem a ler e a escrever é uma discussão de muito tempo, os métodos de alfabetização são discutidos desde o final do século XIX.

Por outro lado, quando Joana fala sobre a falta de domínio de conteúdo pelas orientadoras do Pacto, quando observado o início das ações do Pacto essas orientadoras eram selecionadas pelo MEC e passavam por formações nas universidades (BRASIL, 2015). Só que mediante estes fatos subtendesse que assim como para as professoras estes métodos de trabalho era novo, as orientadoras também tiveram dificuldades por ser o primeiro ano de formação.

Tanto que no ano de 2017 uma das maiores inovações que PNAIC fez foi priorizar formadores locais, que pudessem se comprometer com o monitoramento, acompanhamento do ensino e avaliassem a aprendizagem dos alunos para serem definidas metas e resultados da alfabetização a serem alcançados em seus respectivos estados e municípios (BRASIL 2015).

4.3 MUDANÇAS GERADAS ATRAVÉS DA FORMAÇÃO OFERTADA

São de fundamental importância as formações continuadas, mas com essas formações são adotadas novas formas de ensino, com isso são geradas mudanças boas ou ruins. Pensando nisso foi perguntado às entrevistadas as mudanças que o Pacto trouxe para o ensino dentro de sala de aula.

Todas as entrevistadas concordaram que houve uma mudança significativa no ensino em sala de aula, um ponto observado por todas é quanto à sequência didática, onde elas trabalham vários assuntos tanto da matemática, quanto do português, trabalhando desta maneira de formar interdisciplinar onde o objetivo é que o aluno consiga absorver a melhor forma possível os conhecimentos repassados.

Além da sequência didática, Marta citou a mudança na forma de avaliar o aluno na escrita e no nível de alfabetização alcançado. Por outro lado Joana cita os materiais didáticos que são ofertados pelo PNAIC, ela coloca que através deles foi possível aprender como trazer esse conhecimento para dentro da sala de aula de uma escola pública, e que deu certo melhorando e mudando a prática.

Pra mim trouxe [...] porque o PNAIC oferece isso por exemplo, quando eu trabalho uma sequência didática eu tenho oportunidade nessa sequência didática, tá trabalhando vários assuntos ao mesmo tempo, então a criança ela interage [...] não é uma coisa isolada aqui do português, uma coisa isolada aqui da matemática (Maria).

Sim, principalmente assim, como avaliar o aluno através da escrita, os níveis silábicos mudou muito (Marta).

Sim, com certeza [...] a gente teve um material muito bom, que o material do PNAIC é muito bom [...] a gente começou a ler né e viu que já era um pouco do que eu conhecia e como a gente poderia trazer para sala de aula de uma escola pública [...] hoje a gente percebe que a nossa prática mudou bastante (Joana).

O PNAIC trabalha com quatro eixos de atuação, entre eles se encontra o eixo que fala sobre avaliação onde se observa que os professores discutem no decorrer do curso de formação continuada sobre as avaliações que vem evidenciar exatamente o que Marta fala, onde estas avaliações se aplicam no decorrer do ciclo de alfabetização, e ao final dele é aplicada uma avaliação nacional, conhecida como ANA, ao qual tem objetivo de verificar qual o nível de alfabetização alcançado pelas crianças, trazendo questões de matemática, leitura e escrita (BRASIL, 2015) concordando com o que Marta falou .

Do mesmo modo, como citado no paragrafo anterior, os materiais didáticos também faz parte dos eixos de atuação do Pacto onde tem por finalidade auxiliar o professor no processo de alfabetização (BRASIL, 2015). Joana salienta que houve uma mudança na prática do professor, Araújo e Reis (2014) observam que todo profissional precisa se atualizar até os professores, pois há sempre mudanças culturais, tecnológicas e sociais. A aprendizagem é um

processo contínuo e inacabado, o professor necessita da formação continuada para sua carreira profissional.

A propósito se houveram mudanças como descritas pelas professoras, certamente houve contribuições, neste sentido foi questionado as docentes se a formação contribuiu para o desenvolvimento das atividades em sala de aula.

Maria coloca que na formação é dada a orientação, mas que o professor deve estar sempre buscando a melhor maneira de se trabalhar para que os alunos consigam absorver melhor os conteúdos. Já Marta lembra que passou a se trabalhar com o lúdico, com jogos e que isso fez com que se quebrasse a rotina monótona de apenas se trabalhar com livro e caderno.

Já Joana concorda também que houve contribuição, mas ela coloca que através da formação houve a necessidade de se pesquisar mais de se adquirir conhecimento para ajudar o aluno a se alfabetizar, ela ainda lembra que através do PNAIC mudou a nomenclatura utilizada, que antes eles eram conhecidos como professores mais agora são identificados como professores alfabetizadores e que esse é um dos motivos ao qual a uma motivação para buscar mais conhecimento e ajudar o aluno em sala.

Sim, porque [...] eles te dão pelo menos assim o viés, na realidade na universidade a gente aprende que a gente vai ter o viés e que a gente vai tá buscando e o PNAIC vai te mostrando isso, como tu vai trabalhar pra que a tua prática seja diferente, pra que ela seja mais atraente e pra que ela consiga [...] fazer com que os alunos absorvam melhor aqueles conteúdos (Maria).

Sim, nós trabalhamos muito com o lúdico, com jogos, com cartazes então mudou muito (Marta).

Sim, com certeza [...] porque a gente agora se diz professor alfabetizador né, que antes a gente falava só professor, mas agora eu sou professora alfabetizadora, então a partir dessa nomenclatura ela já me traz uma empolgação maior, então aí eu já vou pensar o que eu posso fazer para alfabetizar meus alunos, então é esse curso me instigou a pesquisar mais, a querer conhecer mais a ler mais (Joana).

Em concordância com o que Maria e Joana enfatizaram Freire (1997) aborda que o papel fundamental do professor é repassar seu conhecimento aos seus alunos, descreve também a busca por conhecimento e que os professores não somente ensinam mais também aprende quando estão ensinando e através da curiosidade dos alunos, o autor lembra que o professor deve ter competência para ensinar o que sabe.

Neste sentido, se vê a dedicação que as professoras estão tendo para buscar novos conhecimentos, para mudar a realidade dos alunos mostra a competência em ensinar, além das

contribuições positivas que o Pacto tem gerado para a prática das professoras. Brasil (2015) exemplifica que para que haja melhorias na alfabetização das crianças é necessário transformações nas práticas pedagógicas, que devem ser feitas através de formações continuadas criando propostas para os professores.

Some-se a isto, no quarto eixo que fala sobre formação continuada, ele fala sobre a profissionalização dos professores adaptando-se ao dia a dia da escola, a valorização da experiência docente e seus saberes. Também trás que para a formação de professores alfabetizadores foi definidos um conjunto de conceitos para auxiliar os docentes tanto nas discussões sobre a aprendizagem dos alunos no ciclo de alfabetização, como nas avaliações do planejamento didático (BRASIL, 2015), concordando com o que foi descrito pelas entrevistadas.

Ao observar a fala das entrevistadas, nota-se que as docentes têm analisado e observado as mudanças, o desenvolvimento que o Pacto trouxe para as práticas de alfabetização na sala de aula, mediante isso qual a visão do professor em utilizar essas práticas.

As professoras falaram sobre a ludicidade três delas mencionaram que mudou muito a formar de alfabetizar, não sendo mais tão tradicional, Maria, Marta, e Joana concordam que é sim importante à utilização do método tradicional e que ele não é descartado, mais que é muito importante o lúdico. Outro fato que Maria fala sobre a mudança de série, quando um aluno do 1º vai para o 2º, o professor do segundo ano acaba não dando sequência ao método de ensino do PNAIC e trabalha o método tradicional de alfabetização, com isso acaba atrapalhando o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

A visão que Ana tem é sobre os dias de formação, que para ela seria interessante preparar os materiais necessários para as atividades que são feitas em sala de aula, ela ainda lembra que existe a hora-atividade mais que não é suficiente para confeccionar os materiais.

[...] o que é que eu sinto por exemplo no primeiro ano a gente vem tentando trabalhar de acordo com o PNAIC, as vezes chega no segundo ano, o professor do segundo ano ele não infelizmente ele não leva adiante aquela prática do PNAIC [...] porque ele vai trabalhar de outra forma que a gente trabalhava antes do o PNAIC de uma forma mais tradicional entendeu (Maria).

[...] é na sala quando a gente tem esse encontro a gente faz muito o estudo dos, dos da questão científica dos estudiosos com relação a leitura e escrita e eu acredito assim que poderia melhorar nesse sentido da gente ta confeccionando né os materiais pra ti ta trabalhando com os teus alunos (Ana).

Eu gosto, eu acho que ela veio somar né, a criança ela aprende de uma forma bem lúdica e prazerosa, não é obrigação, agente ainda tem algumas coisas tradicionais (Marta).

[...] a visão que eu tenho é de melhoria, a educação melhorou bastante, eu a partir do momento que a gente muda, quer dizer é a gente transforma a alfabetização numa coisa mais dinâmica né, transformou numa coisa mais dinâmica mais lúdica (Joana).

Maria, Marta e Joana sinalizam sobre a ludicidade e o quanto mudou a forma de alfabetizar, como caracteriza Moll (1996) se a criança convive em um ambiente estimulador ela acaba por adquirir de forma mais prazerosa o conhecimento.

Deste modo, subentendesse através dos depoimentos das entrevistadas que deveria haver um diálogo entre a coordenação da escola, juntamente com os professores para tentar solucionar algumas das dificuldades encontradas, uma delas seria o método de trabalho que deveria ser utilizada a mesma prática de ensino durante o ciclo de alfabetização, para que as professoras tivessem uma evolução na aprendizagem e alfabetização dos alunos.

Mediante o debate das práticas de ensino que o PNAIC utiliza, foi perguntado as professoras, se para elas essas práticas de ensino tem contribuído para a aprendizagem do aluno.

Há concordância entre as entrevistadas que houve sim uma contribuição, para Maria através dos textos que são trabalhados agora em sala de aula há uma quantidade enorme de informações que fazem com que o aluno adquira muito mais conhecimento, como a própria professora fala que ao se trabalha um texto do Vinicius de Moraes é possível se trabalhar com a bibliografia desse autor, fazendo com que o aluno possa conhecer, não apenas aquele texto que esta sendo trabalhados, mais vários outros, conhecer o que seria um poema e uma infinidade de outras informações que podem ser geradas.

Em ser trata da argumentação da Marta ela trás a questão do acompanhamento dos pais e de que com esse apoio familiar é muito mais fácil que o aluno tenha um desenvolvimento melhor na adaptação dessas novas práticas de ensino. Joana vem trazer também essa infinidade de informações que são geradas com as novas práticas, o exemplo que ela dá é quanto ao processo de alfabetização que antes era fonema por fonema, mais que agora mediante a utilização de textos a uma quantidade maior de silabadas simples e complexas, onde acaba aguçando a curiosidade do aluno levando-o a questionar, fazendo com que o aluno consiga absorver uma quantidade maior de informações facilitando assim a aprendizagem.

Com certeza, muito porque igual eu te falei tô trabalhando Vinicius de Moraes , se você perguntar ele vai saber que Vinicius de Moraes é um poeta que ele escreveu esse poema que tá uma música que nós , que a gente tá trabalhando na sala de aula, mas não só esse que ele escreve vários entendeu (Maria).

Sim e muito, quando a criança tem interesse é bem mais fácil, quando tem o acompanhamento em casa é tudo mais fácil (Marta).

Sim, olha a gente percebe que os alunos conseguem aprender a ler mais rápido [...] trabalhando com o texto a gente vai trabalhando já todas as sílabas simples e de acordo com o interesse dos alunos [...] então ali você já vai aproveitando através do texto a trabalhar todas as sílabas simples e complexas, então isso dinamiza e você consegue chegar no final do ano tendo trabalhado muito mais a questão da leitura com ajuda dos gêneros textuais (Joana).

Na opinião de Cagliari (1998) os alunos são capazes de encarar vários tipos de textos, apenas se faz necessário algumas vezes decifrar alguns conjuntos de letras que estejam dificultando a compreensão do texto, mas após decifrar a escrita a criança é capaz de ler o texto. Em concordância com o que Maria expos.

O ponto de vista de Soares (2004) vem de encontro com o que Joana fala sobre a mudança no processo de alfabetização. A autora fala do método de alfabetização que parte das unidades menores como, por exemplo, as sílabas, trata também do método de alfabetização que se utiliza das unidades maiores como os textos, onde Joana declara que através do método que utiliza os textos os alunos conseguem aprender e absorver uma quantidade maior de informações.

Marta lembra a importância do acompanhamento dos pais, mas Bencini (2006) aborda que as famílias não tem mais interesse no cotidiano dos filhos nas salas de aula. Com isso subentendesse que essa melhora que a família poderia trazer na adaptação das novas práticas de ensino não acontece.

4.4 OBJETIVOS PROPOSTOS

Quando a um programa de formação continuada para professores, é comum que sejam lançadas metas a serem alcançadas, em outras palavras os objetivos a serem alcançados, neste sentido foi indagado às entrevistadas se todos os objetivos propostos durante a formação foram alcançados.

As quatro professoras concordaram que nem todos os objetivos proposto pelo Pacto foram alcançados. Para Maria existem algumas coisas que a impedem de alcançar todos os

objetivos, mas o que é possível tem sido consolidado em sala de aula. Ana fala sobre o tempo em sala de aula que deveria ser maior para poder alcançar todos os objetivos, para poder trabalhar como determina o PNAIC, além disso, ela fala sobre a avaliação que é aplicada ao final do ciclo, com a intenção de definir o nível de alfabetização alcançado e que através dessa avaliação ela pode observar que nem todos os alunos estão alfabetizados ao final do ciclo.

No ponto de vista da Marta ela aprendeu mais com os professores na escola do que com os formadores durante as formações, para ela é necessário mais prática do que teoria, em quanto que para Joana o direito de aprendizagem é um dos objetivos também, e como são muitos estes direitos é difícil alcançar todos.

Não infelizmente não, [...] existe uma serie de questões ao redor de tudo isso que as vezes impedem que o meu objetivo seja alcançado entendeu, mas assim aquilo que tá dentro do meu alcance eu tenho tentado e muitas coisas a gente tem alcançado sim (Maria).

Como sempre né não são todos em parti sim outros não, [...] pra que de certo na sala de aula agente precisa de um espaço maior pra ta fazendo todo do jeito que manda né o figurino, mas tem a avaliação que eles pedem pra gente aplicar com eles né pra ver que nível cada um se encontra, se é no silábico alfabético, pré-silábico [...] as fases que cada aluno se encontra silábico alfabético pré-silábico se ele já tem domínio se ele não tem, se ele já consegue escreve determinada palavra (Ana).

Não, não eu acho que não, eu aprendi muito com o PNAIC, com os professores da escola e não com os formadores que eu, os 3 anos que eu tive formação. Cada um falava de um jeito então eu digo sempre assim que agente precisa mais de prática, não só de teoria, eu sinto falta desses momentos práticos nas formações (Marta).

Olha não posso te dizer que todos, porque são muitos né, até porque quando a gente pensa nos direitos de aprendizagens pode até ser considerado como um dos objetivos né, porque os objetivos que tu tem para trabalhar durante aquele ano, então os direitos de aprendizagens são muitos né, a gente não consegue alcançar todos, mas parte a gente consegue (Joana).

Os principais objetivos que o Pacto propõe são que todos os estudantes do sistema público de educação estejam alfabetizados em português e matemática até o 3º ano do ensino fundamental; reduzir a disformidade idade-série na educação básica; melhorar o IDEB; contribuir para o aprimoramento da formação dos professores alfabetizadores; produzir sugestões para definição do direito de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental (BRASIL, 2012).

Como descrito pelas entrevistadas, neste sentido, observa-se que as professoras têm tentado alcançar todos os objetivos, mas que nem sempre é possível por haver dificuldades em

consolidar o que foi proposto nos objetivos centrais, assim como ainda há os objetivos que são propostos no ano a se trabalhar, como cita Joana.

Além disso, a avaliação nacional de alfabetização (ANA) que já foi citada no decorrer das análises ajuda as professoras a fazerem as observações quanto aos objetivos alcançados dentro do que o Pacto propõe sobre o a alfabetização em português e matemática. Acrescenta-se que houve reuniões para produzir documentos que garantissem o direito a aprendizagem dos alunos um dos fatos que também foram citados, como esses direitos são amplos há uma dificuldade em consolida-los (BRASIL, 2015).

Vale ressaltar que essas reuniões contribuíram para a consolidação do Pacto Pela Alfabetização na Idade Certa, ao qual também tem auxiliado os professores alfabetizadores em suas práticas como observado através dos depoimentos coletados nas entrevistas com as docentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrermos a produção deste estudo se vê a importância da alfabetização para as pessoas, saber ler e escrever é fundamental na atualidade, o papel do professor alfabetizador é essencial para que a alfabetização seja alcançada no início dos primeiros anos de estudo, mediante isso a formação continuada dos professores alfabetizadores tem papel primordial para o auxílio nas práticas utilizadas em sala de aula.

Diante deste contexto buscou-se responder a seguinte problemática: quais as contribuições que o Plano Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) traz para a formação de professores das séries iniciais de uma escola da rede municipal vinculada ao Pacto?

O desenvolvimento deste estudo se deu em torno de elaborar uma pesquisa envolvendo os educadores das séries iniciais castanhalenses de uma escola municipal, e a formação continuada que é oferecida através do PNAIC para estes educadores, com o intuito de perceber as contribuições desta formação para o processo de ensino aprendizagem da leitura e escrita.

A importância deste assunto remete-se a questão da alfabetização das crianças, pois para ser um membro ativo da sociedade e necessário ser sujeito letrado, pois hoje existe um grande número de informações que se dão de forma escrita, como letreiros, panfletos e para que se possa ser um membro ativo desta sociedade e necessário dominar a leitura e entendê-la (KLEIMAN, 1993). Nesta perspectiva tem-se a importância de se entender esta formação ofertada pelo PNAIC, e perceber todas as contribuições que foram alcançadas para melhora do trabalho docente.

Mediante ao que foi coletado através das entrevistas os dados mostram que as professoras evoluíram através da formação ofertada e que mesmo com algumas dificuldades em entender as propostas que eram repassadas pelos formadores houve um interesse em melhorar o ensino em sala de aula.

Foi possível observar que o PNAIC contribuiu para as práticas pedagógicas utilizadas em sala de aula, os professores demonstram uma nova visão sobre alfabetização, declaram que o ensino ficou mais prazeroso além de relatar o crescente interesse que os alunos demonstram pela busca por conhecimento.

Outro ponto importante à melhoria na aprendizagem dos alunos, os relatos demonstram que os alunos aprendem muito mais com os novos métodos de alfabetização, que

há um interesse maior com uso de textos para aquisição da leitura e escrita, além das aulas terem se tornado mais lúdicas, o que faz com que o aluno esteja em um ambiente estimulador.

No entanto isso não significa que houve apenas pontos positivos, dentro dos dados coletados foi visto o quanto ainda há a se fazer, como a questão da falta de diálogo entre os professores para que não haja quebra na continuidade da forma de trabalhar a alfabetização, para que o aluno não se perca nesse processo ao mudar de turma.

A escola precisa pensar juntamente com os professores e coordenadores formas para tentar igualar essas práticas e métodos de educação no ciclo de alfabetização, pois não se deve esperar apenas dos formadores, como foi observado em muitas falas, os formadores estão para passar o conhecimento, para avaliar as ações estabelecidas sendo colocadas em prática e definir as metas que devem ser alcançadas em seus respectivos estados e municípios (BRASIL, 2017). Sendo assim a escola deve se comprometer também em auxiliar o processo de ensino e aprendizagem dentro do ciclo de alfabetização.

A falta de tempo para confeccionar matérias para se trabalhar as atividades planejadas em sala de aula também foi um ponto forte citado pelas professoras, neste processo a escola também poderia aproveitar os momentos em que há espaços nos horários dos professores para que estes possam estar confeccionando os materiais que tem por intuito auxiliar no desenvolvimento da escrita e da leitura das crianças.

Portanto, percebe-se que as professoras ainda possuem alguns questionamentos sobre a formação, colocam o que consideraram positivo sobre o PNAIC, mas também demonstram algumas falhas que por elas foram observadas. Mas consideram a formação ofertada pelo Pacto essencial para a alfabetização das crianças do 1º ao 3º ano.

Mediante a formulação do problema de pesquisa considero que o trabalho respondeu integralmente aos objetivos proposto, onde todas as professoras relatam as contribuições que foram geradas pelo PNAIC através da formação continuada.

Acrescento que há a necessidade de se desenvolver um estudo onde haja uma abrangência maior, uma pesquisa que tenha a participação de mais professores, pois este estudo aqui desenvolvido é apenas um recorte da realidade, é essencial que também se tenha entrevistas com formadores, para ter o ponto de vista deles sobre as formações, fica em aberto inúmeras possibilidades de estudos que podem ser formulados ao longo deste tema, contudo é importante que as instituições superiores de ensino que trabalham a formação estejam dispostas a debater, discutir e realizar esta temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, R. N. de; REIS, S. R. dos. **A formação continuada e sua contribuição para o professor alfabetizador.** X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BENCINI, Roberta; MORAES, Trajano de; MINAMI, Thiago. **O desafio da qualidade não dá mais para esperar:** ou o Brasil coloca a Educação no topo das prioridades ou estará condenado ao subdesenvolvimento. A boa notícia é que a situação tem jeito se a sociedade agir já. Nova Escola. Ano XXI. N.1996. Out. de 2006.

BEUREN, Maria Iusi. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013. Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera as Leis nos 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 10.260, de 12 de julho de 2001. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 abr. 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. Caderno de Apresentação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2015.

_____. Ministério da Educação. **Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa.** Brasília: DF, s.d.

BORGES, G. F. de M.; ARAÚJO, C. A. de; PEREIRA, D. **Políticas Públicas e Políticas Educacionais:** primeiras aproximações. Revista Encontro de Pesquisa em Educação Uberaba, v. 1, n.1, p. 62-75, 2013.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística.** São Paulo: Scipione, 1992.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o Ba – Be – Bi – Bo – Bu.** São Paulo: Scipione, 1998.

DINIZ, K. T. G.; AURELIANO, F. E. B. S. **Contribuições do PNAIC para prática pedagógica de professores alfabetizadores.** CONBRALE, 2017. Disponível em:<https://www.editorarealize.com.br/revistas/conbrale/trabalhos/TRABALHO_EV080_M D1_SA6_ID501_09072017083959.pdf>. Acesso em: 3 de Janeiro de 2018.

FERNANDES, Domingos. **Notas sobre os paradigmas de investigação em educação.** Revista Noesis, n. 18, 1991.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. **Cotidiano escolar, formação de professores e currículo.** São Paulo: Cortez, v. 6. 2005.

FERREIRA, C. S. SANTOS, E. N. dos. **Políticas Públicas Educacionais**: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. Revista LABOR, n. 11, v.1, 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'água, 1997.

GARCÍA, Carlos Marcelo. **Formação de professores**: para uma mudança educativa. Porto Editora, 1999.

GATTI, Bernadete. **Formação Continuada de Professores**: A questão psicossocial. Cadernos de Pesquisa, n. 119, p. 191-204. 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRON, Graziela Rossetto. **Políticas públicas, educação e neoliberalismo**: o que isso tem a ver com a cidadania. Revista de Educação. PUC-Campinas. Campinas. n. 24. 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel (as concepções de estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci)**. L&PM Editores, 5ª edição, 1980.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55. 2011.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. 2010. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/163O>>. acesso em 17 jun. 2016.

KLEIMAN, Angela B. **Exclusão social e alfabetização**. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 1, n. 3, p. 97-107, 1993. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X1993000300013&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 12 jun. 2016.

LDBE - **Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11686325/artigo-62-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>>. Acesso em 20 de Junho de 2018.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. 3. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2000.

MONTEIRO, Ana Maria C. **Professores entre saberes e práticas**. In: Educação e Sociedade. v. 22 n. 74. Campinas, 2001.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**.

Conferência proferida durante o Seminário "Alfabetização e letramento em debate", promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em 27/04/2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2016.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. São Paulo: Unesp, 2004.

MOLL, J. **Alfabetização possível**: reinventando o ensinar e o aprender. Porto Alegre: Medição, 1996.

NUNES, Célia M. F. Saberes docente e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. In: **Educação e Sociedade**, v. 22, n. 74. Campinas, 2001.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais**: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Fronteiras da educação**: tecnologias e políticas. Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Alfabetismo funcional**: Referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. *Educação & Sociedade*, ano XVIII, n. 60, 1997.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Política Educacional Brasileira**: Limites e perspectivas. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho de 2008.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, 2004.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. **Unidade 2 – A pesquisa científica**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita**: a alfabetização como processo discursivo. 2 ed. São Paulo, Campinas: Cortez: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado educador (a)

Vimos convidá-lo (a) a participar da pesquisa intitulada *PNAIC: Perspectivas dos Educadores Castanhalenses das Séries Iniciais de uma Escola Municipal*, que está sendo desenvolvida por **Paulina Rhayssa Guedes das Neves**, do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, sob orientação do Prof. Dr. **Carlos Renilton Freitas Cruz**. O estudo tem como objetivo perceber as contribuições que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) traz para a formação dos professores, analisando através do depoimento a perspectiva de alguns educadores das séries iniciais de uma escola da rede municipal de educação.

A participação é voluntária. Caso você aceite participar, solicitamos sua colaboração para a entrevista, como também sua autorização para apresentar os dados deste estudo em eventos de fins acadêmicos. Esses procedimentos, a princípio, não trazem riscos ou desconfortos, uma vez que só aborda temas sobre sua formação. Informamos também que a qualquer momento você poderá desistir da participação na pesquisa.

Sigilo absoluto. A escola, os educadores e outros participantes da pesquisa terão suas identidades preservadas, apenas os envolvidos na pesquisa terão acesso aos dados coletados, e somente o resultado de suas análises serão utilizadas em eventos, congressos, atividades científicas e acadêmicas.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador(a). Caso decida não participar da pesquisa, ou resolver desistir em qualquer momento, não sofrerá nenhum dano.

Eu, _____ educador(a), considero-me informado sobre a pesquisa e aceito participar da mesma, consentindo que a coleta de dados seja realizada por meio de entrevista, e que as respostas sejam utilizadas para análises e discussões de trabalhos acadêmicos e científicos.

Castanhal-Pa, ____/____/____

Assinatura educador(a)

Assinatura pesquisadora

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista

Desta forma busca-se avaliar de maneira significativa: Quais as contribuições que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) traz para a formação de professores das series iniciais de uma escola da rede municipal vinculado ao Pacto?

OBJETIVO GERAL

Perceber as contribuições que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) traz para a formação dos professores, analisando através do depoimento a perspectiva de alguns educadores das series iniciais de uma escola da rede municipal de educação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o PNAIC, e quais seus objetivos centrais;
 - Quais as mudanças geradas através da formação que é ofertada pelo programa para os educadores.
 - E se realmente todos os objetivos propostos pelo PNAIC para colaborar com o trabalho docente foram repassados durante a formação.
1. Qual sua formação e há quanto tempo trabalha nas séries iniciais do ensino fundamental?
 2. De que forma obteve conhecimento sobre o PNAIC?
 3. Qual a primeira impressão ao ter conhecimento sobre a formação ofertada pelo PNAIC?
 4. A formação ofertada pelo PACTO trouxe mudanças para o ensino dentro da sala de aula?
 5. As atividades propostas estão voltadas para as praticas vivenciadas na sala de aula?
 6. A formação contribui para o desenvolvimento das atividades na sala de aula?
 7. Essas atividades são utilizadas?
 8. É encontrado dificuldades ao aplicar essas atividades? Quais?
 9. Qual a visão do professor em utilizar essas práticas?
 10. No seu ponto de vista, essa pratica tem contribuído para a aprendizagem do aluno?
 11. A formação tem contribuído para as praticas enquanto professor?
 12. Todos os objetivos propostos durante a formação foram alcançados?